

ano 8 - n. 16 | julho/dezembro - 2021  
Belo Horizonte | p. 1-258 | ISSN 2319-0795  
R. Fórum de Ci. Crim. – RFCC

**Revista Fórum de  
CIÊNCIAS CRIMINAIS**

**RFCC**

**FORUM**  
CONHECIMENTO JURÍDICO

# Sumário

## DOCTRINA NACIONAL

Política criminal (d)e impunidade

<b>Écio Arruda</b> .....	9
1 Introdução.....	9
2 Sistema penal na pós-modernidade.....	10
3 Modernização do sistema penal.....	15
4 Sistema penal: conformação e atuação.....	23
4.1 Bens jurídicos metaindividuais.....	23
4.2 Crimes hediondos e assemelhados.....	24
4.3 Criminalização sem lei <i>stricto sensu</i> .....	27
4.4 Princípio da insignificância.....	28
4.5 Crimes de colarinho branco.....	30
4.6 Modelos de processo penal.....	32
4.7 Provas.....	34
5 Impunidade.....	36
6 Conclusão.....	42
Referências.....	43

Estudo de caso Mariana Ferrer: a falta de credibilidade na palavra da vítima e as suas consequências

<b>Ana Beatriz Ponzio de Queiroz, Roberto Krauspenhar</b> .....	47
1 Introdução.....	47
2 Fundamentação teórica.....	48
2.1 Justificativa social.....	48
2.2 O crime de estupro analisado historicamente.....	49
3 Estupro de vulnerável.....	55
3.1 Conceitos.....	55
3.2 Caso Mariana Ferrer.....	58
4 Considerações finais.....	60
Referências.....	61

Lavagem de capitais no Brasil e em Portugal: situação e problemática

<b>Humberto Bosco Lustosa Barreira</b> .....	63
1 Introdução.....	63
2 Definição e coexistência com organizações criminosas.....	64
3 Categorias e estágios da lavagem de capitais.....	68
4 Tipificação e problemática da lavagem de capitais no Brasil.....	69
4.1 Alguns problemas com a tipificação objetiva da lavagem.....	73
4.2 A cegueira deliberada ante o posicionamento do STJ.....	76
5 Combate ao branqueamento de capitais em Portugal.....	80
5.1 Âmbito de aplicação da nova lei de combate ao branqueamento.....	83
5.2 Impacto da derrogação do segredo.....	86
5.3 Verificação do cumprimento da lei antilavagem de capitais.....	87
5.4 O agravamento das sanções com a nova legislação.....	87
5.5 Manifestação jurisprudencial em Portugal diante do art. 368-A do Código Penal.....	88

6	Considerações finais.....	90
	Referências.....	91

### A prisão preventiva do portador de entorpecentes na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal

<b>Luiz Antonio Santos.....</b>	<b>93</b>	
1	Introdução.....	93
2	Desenvolvimento.....	94
2.1	Apresentação do caso.....	94
2.2	Identificação das normas que regulamentam a matéria.....	96
2.3	Solução dada pelo tribunal.....	97
2.4	Discussão da solução.....	98
2.4.1	Discussão da solução com base em decisões divergentes.....	101
2.4.2	Discussão da solução com base em revisão da literatura.....	106
3	Conclusão.....	110
	Referências.....	112

### Criminalização da violência contra a mulher em Campos dos Goytacazes (RJ): um estudo sobre a aplicação da Lei Maria da Penha

<b>Mariana Roza Leonardo, Shirlena Campos de Souza Amaral.....</b>	<b>115</b>	
1	Introdução.....	115
2	Violência contra a mulher: questão de gênero e violação dos direitos humanos.....	117
3	Lei Maria da Penha: uma proposta de ação afirmativa para igualdade de gênero.....	120
4	Campos dos Goytacazes: da resistência da aplicação da Lei Maria da Penha à persistência da negação dos direitos das mulheres.....	125
5	Considerações finais.....	126
	Referências.....	127

### O abandono do sujeito do reconhecimento pessoal: zona de indistinção que captura através da violação de garantias

<b>Luize Cristina de Oliveira Alves.....</b>	<b>129</b>	
1	Introdução.....	129
2	A fragilidade probatória do reconhecimento pessoal.....	130
3	As garantias processuais do sujeito.....	132
4	Reconhecimentos “alternativos” e problemas processuais.....	135
4.1	Reconhecimento pessoal durante a oitiva em juízo.....	136
4.2	Reconhecimento fotográfico de pessoa.....	140
5	A aplicação da lei pela suspensão do art. 226 do CPP.....	142
6	Conclusão.....	145
	Referências.....	146

### A responsabilidade penal do psicopata à luz do ordenamento jurídico brasileiro

<b>Morgana Dalavechia, Thais Rodrigues Teixeira.....</b>	<b>149</b>	
1	Introdução.....	149
2	Responsabilidade penal.....	150
2.1	Conceito analítico de crime.....	150
2.2	Imputabilidade, inimputabilidade e semi-imputabilidade.....	152
3	O psicopata.....	154
3.1	Conceituação.....	154
3.2	Diagnóstico.....	156
4	Culpabilidade do psicopata.....	158

4.1	Imputável .....	158
4.2	Semi-imputável e inimputável.....	160
5	Conclusão .....	161
	Referências .....	162

### Jogos eletrônicos: violência e transtorno mental na infância e juventude

<b>Nilton Rafael Leandro de Sousa, Ricardo da Silveira e Silva</b> .....	165	
1	Introdução .....	165
2	O início dos <i>games</i> e sua chegada ao Brasil .....	167
2.1	Jogos eletrônicos violentos e a influência em crianças e adolescentes.....	168
2.2	<i>Games</i> violentos: um panorama de educação, saúde e suas consequências para a vida adulta .....	170
2.3	Análise sistêmica do massacre de Suzano e o impacto do PL nº 1.577/2019 em jogos e jogadores.....	173
2.4	Conclusão .....	175
	Referências .....	177

### A implementação da cadeia de custódia da prova e suas consequências

<b>Eduardo Rizzotto de Carvalho, Renee do Ó Souza</b> .....	181	
1	Introdução .....	181
2	Breves apontamentos sobre cadeia de custódia.....	182
3	Dificuldades na implementação da cadeia de custódia.....	188
4	Consequências .....	190
4.1	Nulidade .....	190
4.2	Ineficácia legislativa (Legística) .....	195
5	Considerações finais .....	197
	Referências .....	198

### Mortes violentas no Distrito Federal – eficiência qualitativa do sistema de justiça criminal

<b>Paulo Rogério Santos Giordano</b> .....	201	
1	Introdução .....	201
2	Identificação dos dados e das técnicas de pesquisa empregados.....	206
3	Estudos sobre mortes violentas no Brasil .....	209
3.1	O conceito expandido de eficiência do sistema de justiça criminal e das instituições que o compõem: medição segundo métodos e modos distintos.....	211
4	Eficiência qualitativa do sistema de justiça criminal do Distrito Federal .....	218
4.1	A qualidade do funcionamento da Polícia Civil do Distrito Federal.....	222
4.2	O MP, a defesa do réu e o Judiciário – o tempo entre a denúncia e a sentença .....	236
4.3	O MP, a defesa do réu e o Judiciário – o resultado da sentença segundo a situação processual do réu.....	244
4.4	Do fato à sentença – tempo total .....	249
5	Conclusões .....	253
	Referências .....	254

Instruções para os autores.....	257
---------------------------------	-----